

Investigación Cualitativa em Brasil: Un Campo en Construcción

Anelise Gregis Estivalet¹

Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Brasil

Resumo

Podemos definir o campo das metodologias qualitativas no Brasil como um campo em disputa e, concomitantemente, em construção. Neste artigo, apresentaremos três diferentes referenciais metodológicos que tem auxiliado a construção de nossa pesquisa à nível de América Latina. O primeiro, será o método europeu da triangulação teórica e metodológica proposto por Uwe Flick. O segundo, o referencial estadunidense da antropologia “às margens do estado” trabalhado por Veena Das e Deborah Poole. E o terceiro e último, a abordagem colaborativa proposta por pesquisadores e pesquisadoras latino-americanas. Assim, ao concluirmos este trabalho, percebemos que as premissas metodológicas que fundamentaram a construção desse artigo correspondem a caminhos não tão usuais na produção das Ciências Humanas a nível de Brasil, porém vem ganhando mais espaço a cada dia por estarem respondendo de maneira satisfatória às questões que vem orientando as pesquisas no país e que optam pelo uso das metodologias qualitativas.

Palavras-chave: Metodologias Qualitativas; Método da Triangulação; Antropologia das Margens; Descolonial; Abordagem Colaborativa.

Investigación cualitativa en Brasil: Un campo en construcción Resumen

Podemos definir el campo de las metodologías cualitativas en Brasil como un campo en disputa y, concomitantemente, en construcción. En este artículo, presentaremos tres diferentes referenciales metodológicos que han ayudado a la construcción de nuestras investigaciones a nivel de América Latina. El primero, será el método europeo de la triangulación teórica y metodológica propuesto por Uwe Flick. El segundo, el referencial estadunidense de la antropología "a orillas del estado" trabajado por Veena Das y Deborah Poole. Y el tercero y último, el enfoque colaborativo propuesto por investigadores e investigadores latinoamericanos. Así, al concluir este trabajo, percibimos que las premissas metodológicas que fundamentaron la construcción de ese artículo corresponden a caminos no tan usuales en la producción de las Ciencias Humanas a nivel de Brasil, pero viene ganando más espacio cada día por estar respondiendo de manera satisfactoria a las cuestiones que viene orientando las

¹ Doctora en Ciencias Sociales, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Brasil. anegregis@gmail.com



investigaciones en el país y que optan por el uso de las metodologías cualitativas.

Palabras clave: Metodologías Cualitativas; Método de la Triangulación; Antropología de los márgenes; descoloniales; Enfoque colaborativo.

Qualitative Reserach in Brazil: A field under construction

Abstract

We can define the field of qualitative methodologies in Brazil as a field in dispute and, concomitantly, under construction. In this article, we will present three different methodological references that have helped to build our research in Latin America. The first will be the European method of theoretical and methodological triangulation proposed by Uwe Flick. The second, the US benchmark of anthropology "on the margins of the state" worked by Veena Das and Deborah Poole. And the third and last, the collaborative approach proposed by Latin American researchers. Thus, when we conclude this work, we realize that the methodological premises that underpinned the construction of this article correspond to paths not so usual in the production of Human Sciences in Brazil, but it has been gaining more space each day because they are responding in a satisfactory way to the questions which is guiding the research in the country and that opt for the use of qualitative methodologies.

Keywords: Qualitative Methodologies; Triangulation Method; Anthropology of the Margins; Descolonial; Collaborative approach.

Introdução

Podemos definir o campo das metodologias qualitativas no Brasil como um campo em disputa e, concomitantemente, em construção. É preciso atentar ao fato de que a tradição do uso e validação do conhecimento através das metodologias quantitativas no país é muito mais forte do que o das metodologias qualitativas.

Nas últimas décadas, a constatação de que as teorias europeias e norte-americanas, amplamente utilizadas no campo das ciências sociais no Brasil, não respondiam mais a muitas das questões que surgem ao longo de nossas pesquisas levaram-nos a construção de nossas próprias premissas metodológicas. Desse modo, optei por apresentar aqui três diferentes referenciais metodológicos que tem nos auxiliado na construção de nossas pesquisas. Primeiro, o método de triangulação teórica e metodológica proposto por Uwe Flick (2009a), professor da Freie Universität Berlin. Segundo, a antropologia “às margens do estado”² de Veena Das e Deborah Poole (2004), ambas

² Optou-se pelo uso da terminologia “estado” com letra minúscula quando me referir ao “estado e suas margens” em virtude da sugestão de Veena Das e Deborah Poole (2004) da não reificação dessa categoria e da discussão de seus modos variados de presentificação sob a forma de práticas, discursos, razões e mesmo contradições.



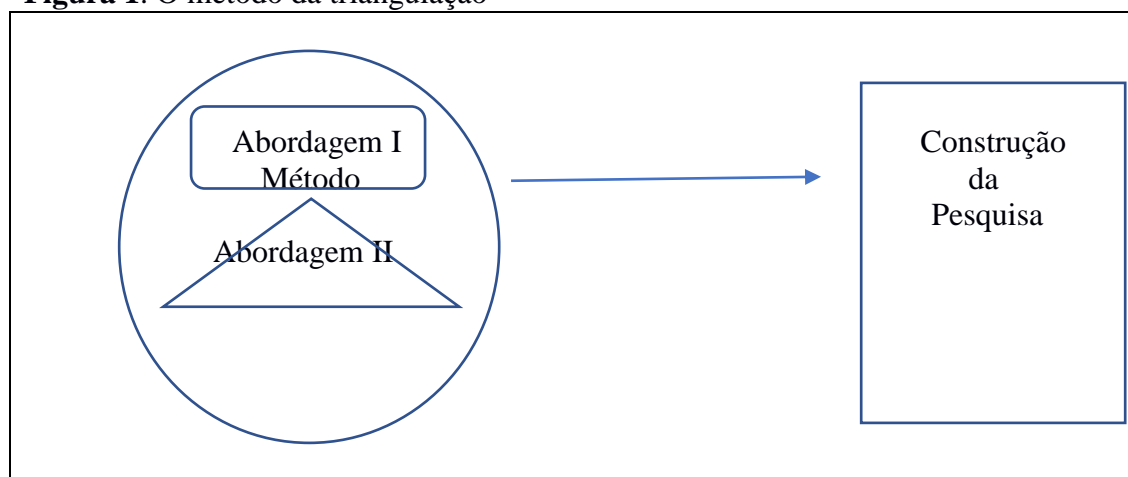
professoras da Johns Hopkins University, que propõe a compreensão dos territórios e seus atores sociais a partir das variadas formas de atuação e presença do estado, assim como as formas como este opera em suas margens. E, por último, apresento a abordagem colaborativa, proposta por pesquisadores e pesquisadoras latino-americanas.

O método da triangulação

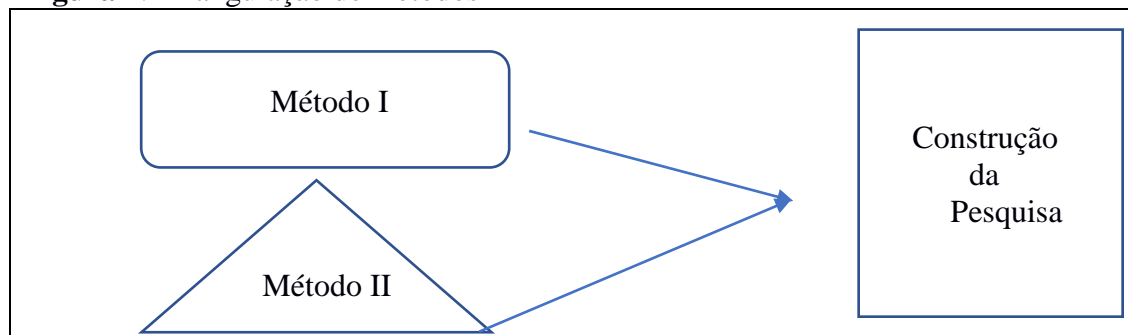
Em 2015, durante minha participação no Eleventh Congress Of Qualitative Inquiry realizado na University of Illinois at Urbana-Champaign em maio de 2015 tive a oportunidade de participar de um curso realizado pelo professor Uwe Flick sobre o método da triangulação enquanto metodologia proposta tanto para o desenvolvimento analítico de investigações e como metodologia de análise e coleta de dados. De acordo com Uwe Flick (2015), o método de triangulação tem a capacidade de produzir um excedente de conhecimento sobre determinado objeto a ser estudado, pois a triangulação teórica e metodológica produz conhecimento em diferentes níveis, o que significa que ela vai além do conhecimento gerado por apenas uma abordagem.

Ainda, segundo Flick (2009b, p. 32), “a triangulação supera as limitações de um método único por combinar diversos métodos e dar-lhes igual relevância. Torna-se ainda mais produtiva se diversas abordagens teóricas forem utilizadas ou, ao menos, consideradas”. Assim, a ideia de triangulação de dados, de pesquisadores, teórica, metodológica ou de método dentro de métodos (DEZIN, 1970) não significa somente a combinação entre diversos métodos qualitativos ou quantitativos. Através dela, o uso de diferentes perspectivas metodológicas que se tornam complementares para a análise de um tema possibilita que as deficiências existentes nos métodos isoladamente sejam superadas.

Figura 1. O método da triangulação



Fonte: Flick, 2015.

Figura 2. Triangulação de métodos

Fonte: Flick, 2015.

A triangulação de métodos e técnicas pode contemplar diferentes metodologias dentro de um mesmo método, como, por exemplo, técnicas de pesquisa qualitativa que incluem observação participante e entrevista, ou técnicas utilizadas nos métodos quantitativos de experimento e questionário ou, ainda, técnicas de métodos quantitativos e qualitativos, como o uso de dados e entrevistas. Dessa forma, parte-se da concepção de que “métodos quantitativos e qualitativos devem ser vistos como campos complementares e não rivais” (JICK, 1983, p. 135). Nenhum dos métodos é considerado superior ou mais eficiente do que os outros. A triangulação possibilita que diversos métodos conservem sua autonomia e sejam complementares na busca de respostas que deem conta das questões levantadas a respeito do tema proposto: “quer os métodos sejam ou não utilizados simultaneamente, ou empregados um após o outro, este é um aspecto menos relevante se comparado à noção de serem vistos em igualdade quanto ao papel que desempenham no projeto” (FLICK, 2009b, p. 42).

A triangulação pressupõe quatro preceitos fundamentais:

- 1) justificação e combinação teórica;
- 2) justaposição de perspectivas de investigação em lugar de paradigmas;
- 3) soberania das abordagens;
- 4) combinação de todos os tipos de abordagens.

Pode ser definida, essencialmente, como uma maneira de responder a problemas de pesquisa através do uso de diferentes perspectivas sobre determinado assunto. Essas perspectivas podem ser fundamentadas na utilização de vários métodos e/ou várias abordagens teóricas que devem estar vinculadas; ou seja, ao tratarem de questões suscitadas por elas para a interpretação da realidade, as teorias impelem-nos a utilizar determinados métodos de pesquisa. Por isso, quando temos uma triangulação entre teorias podemos ter também uma triangulação entre métodos. Basicamente, utiliza-se uma combinação de diferentes tipos de dados a partir de diferentes perspectivas teóricas que são aplicadas a esses dados.

O planejamento do uso da triangulação deve sempre atentar para os problemas e as limitações que podem surgir no acesso aos dados. São igualmente relevantes questões éticas em estudos de



triangulação, assim como a localização da triangulação no processo de pesquisa e as expectativas de sua utilização. Desse modo, teremos como resultado a confirmação, a complementação ou a contrariedade uns dos outros.

A antropologia às margens do estado

Além do processo metodológico, existem questões de ordem epistemológica que direcionam a opção metodológica de uma pesquisa. Concordo com o argumento proposto por Veena Das e Deborah Poole (2004), na introdução do livro *Anthropology in the margins of the state*, quando as autoras defendem que a “antropologia das margens” oferece uma perspectiva específica para se estudar o estado³ com base em suas práticas e relações sociais e de poder concretas e para se analisar as “margens” como constitutivas e necessárias ao estado. Nesse sentido, utiliza-se a “etnografia das margens” como metodologia que privilegia a experiência de seus atores e os mecanismos de poder envolvidos nas especificidades locais, através das quais o estado pode ser capturado e problematizado a partir de seu funcionamento na realidade social.

Essas relações dão frutos a dispositivos (Foucault, 1984) que definem conjuntos heterogêneos de práticas, proposições morais, discursos, instituições, medidas administrativas, leis e enunciados científicos que respondem a certas urgências (AGAMBEN, 2005), as quais inscrevem os dispositivos no tempo e têm como principal característica a efemeridade. Ainda que os dispositivos do estado operem de maneira ininterrupta, levando-nos a pensar na sua ação contínua e planejada, considera-se que o momento histórico nunca se repete e, portanto, a ênfase da antropologia das margens deve estar nas mudanças, ou seja, naquilo que difere. Segundo Veena Das (1999, p. 37), o tempo “não é algo meramente representado, mas um agente que ‘trabalha’ nas relações, permitindo que sejam reinterpretadas, reescritas, modificadas, no embate entre vários autores pela autoria das histórias nas quais coletividades são criadas ou recriadas”.

O estado, portanto, não aparece apenas em sua abstração (Asad, 2004), mas também nas diversas formas como é incorporado pelos seus agentes no cotidiano. Assim, são dissolvidas as dicotomias de análise social que opõem o estado à sociedade, o público ao privado, o centro às margens, enquanto as questões de pesquisa passam a ser reelaboradas a partir dos sentidos expressos nas práticas e relações sociais concretas.

A proposta de se fazer uma antropologia das margens parte do pressuposto de que a análise de práticas, lugares e línguas marginais é essencial para uma sólida compreensão do estado. Falamos em antropologia das margens do estado como um trabalho que defende a importância da etnografia e, nesse sentido, da experiência do cotidiano como fundamental para compreensão da relação do estado - também como um objeto marginal - com as periferias. Parte-se, então, do pressuposto de que o estado não é uma forma burocrática e racional, como diria Max Weber, nem um território com limites definidos. Em geral, a maioria dos escritos demonstra uma preocupação em trabalhar com tipos ideais de estado moderno e descrevem a maneira como ocorrem as práticas estatais na vida cotidiana das margens sem problematização.

³ Ver a nota 1 sobre o uso da terminologia “estado” com letra minúscula.



Veena Das e Deborah Poole (2004) argumentan que “the forms of illegibility, partial belonging, and disorder that seem to inhabit the margins of the state constitute its necessary condition as a theoretical and political object” (p. 6). Como resultado, rechazan a ideia de que se pode simplesmente identificar as especificidades regionais e culturais de modo estatal e universal. Por isso, ao fazerem o caminho inverso, elas explicam: “indeterminate character of margins to break open the solidity often attributed to the state” (p. 20).

As margens podem ser, simultaneamente, espaços de exclusão e inclusão, ou seja, se a política define o seu domínio excluindo outros aspectos da vida humana e, por fim, partes da comunidade humana, essa exclusão é, necessariamente, constitutiva da própria política. Em outras palavras, o cuidado do que deve permanecer fora do estado é uma atividade interna ao próprio estado. Giorgio Agamben (2005, p. 18) destaca: “In this sense, the exception is truly, according to its etymological root, taken outside, and not simply excluded”. Para o autor, cabe ao governante decidir sobre a exceção, pois o governante é quem decide o que e quem será afastado do político. Contudo, o que nos leva a definir o estado como um objeto híbrido é seu caráter desinteressado e corrompido, justo e coercitivo, participativo e distante. Essa lógica binária e moderna configura uma teoria da exceção e cria uma zona de indecisão, ou melhor, de subjetividades.

Às margens, as categorias usuais são desfocadas e habitadas por acontecimentos inesperados. Victoria Sanford (2004) e Janet Roitman (2004) utilizam as margens geográficas dos estados (ou suas fronteiras físicas) para entender essa zona de distinção. Sanford (2004) esclarece que a Colômbia, por exemplo, em vez de assumir-se como um estado falido, que perdeu o monopólio da violência, está realmente constituindo-se como um estado à sua margem, através do uso do exército de vigilância e violência sancionado pelo próprio estado, o que inclui a atuação de forças paramilitares. O fato de a violência paramilitar e estatal tornar-se indistinguível torna a resistência menos direta. Recusando qualquer noção simplista de resistência, Sanford argumenta que as comunidades colombianas da paz, criadas como zonas de não violência e monitoradas pela comunidade internacional de direitos humanos, oferecem a possibilidade de transformação subalterna da soberania e cidadania do estado.

Janet Roitman (2004), por sua vez, esclarece que as relações governamentais estão sendo reconfiguradas: “The dismissed, dispossessed, downsized, and under – or unemployed who have taken to the bush, highways, and borders are making claims to wealth and even the very right to wealth” (p. 197). Embora a lei e os regulamentos do estado sejam prejudicados, a presença e o poder do estado ainda podem ser sentidos. Roitman (2004) explica que a única maneira de entender o paradoxo entre a intensidade crescente das atividades não regulamentadas e a persistente eficácia da infraestrutura estatal é estabelecendo-se uma distinção entre o poder do estado e sua autoridade reguladora. Assim, ainda que o estado não possa regulamentar oficialmente essas atividades ilícitas, ele consegue extrair os frutos da ilegalidade. Diane Nelson (2004) ressalta que, na relação entre estado e cidadão, há um duplo vínculo de exceção no qual as posições dos sujeitos não podem ser fixadas como vítima e perpetrador, visto que o perpetrador também é vítima, e vice-versa. O jogo entre o interior e o exterior é dinâmico e muitas são as ações desenvolvidas para trazer para dentro os excluídos. Fato é que a linha da





ilegalidade é extremamente tênue. Vários são os caminhos que asseguram um modo de pertença ou cidadania.

Veena Das (2004) defende que a noção de que as estruturas estatais são transparentes é uma falácia, mostrando como a assinatura do estado (especialmente como aparece em documentos escritos) cria uma atmosfera legal, mesmo diante de condutas ilegais e violentas. Ela ressalta que seria útil ver o estado “as a form of regulation that oscillates between a rational mode and a magical mode of being” (p. 225). A “magia” da assinatura estatal, segundo a autora, advém, em parte, da ilegibilidade de regras e regulamentos do estado, bem como dos sentidos que a “assinatura” adquire nas práticas comunitárias. Nesse caso, um documento que registra a “mentira do estado” em relação ao envolvimento nos tumultos que sucederam o assassinato de Indira Gandhi é, eventualmente, exigido pelas agências de ajuda como prova do *status* de vítima. Veena Das alerta-nos (2004, p. 245):

[...] it is precisely because the documents can be forged and used out of context, and because the bureaucratic-legal processes are not legible even to those responsible for implementing them, that the state can penetrate the life of the community and yet remain elusive.

Diante desse espaço de ilegibilidade que constitui a suspeição que ocupa o espaço entre a lei e sua aplicação nos estados modernos, todos os sistemas incorporam margens de incerteza. As questões que surgem vislumbram entender quais as possibilidades de reconfigurar esse espaço violento e injusto. Qualquer questão de justiça e direitos deve surgir “not from the moral space of innocent victimhood but from the rough-and-tumble of everyday life” (DAS, 2004, p. 251). Fazer uma antropologia das margens torna possível repensar o estado através de seus próprios limites, identificando e descrevendo a estrutura da exceção nas práticas estatais realizadas nas periferias. Contudo, o próprio estado vem a ter uma qualidade emergente, que nunca é definida positivamente, mas que possibilita a criação de locais para as práticas políticas, já que é no processo marginal de “tornar-se” que o trabalho do estado é feito e desfeito.

A abordagem colaborativa

Em relação aos grupos de mulheres formados pela implementação de políticas públicas, marcadas por reuniões frequentes, por exemplo, esses grupos passam a dar novos significados à vida dessas mulheres e, por sua vez, apresentam traços que fazem com que se identifiquem como novas tribos⁴. A partir do pensamento descolonial surgiram abordagens colaborativas que passam a propor um tipo de abordagem cooperativa, na qual o trabalho de pesquisa, principalmente no que se refere à coleta de dados, é realizado de maneira cooperativa entre os pesquisadores e os participantes investigados.

Esta é uma das mais importantes abordagens nesse processo que envolve o trabalho com atores sociais de contextos vulneráveis como as periferias urbanas e é um subproduto do pensamento

4 Michel Maffesoli (2014), define tribos como microgrupos que se deslocam, dentro de uma massificação crescente. Segundo ele, “a metáfora da tribo permite dar conta do processo de desindividualização, da saturação da função que lhe é inerente, e da valorização do papel que cada pessoa é chamada a representar dentro dela” (p. 8).





descolonial e colaborativo. Xochitl Levya Solano, Araceli Burguete e Shannon Speed (2008, p. 89) salientam que a metodologia adotada como colaborativa é aquilo que se pensa que possa ser feito em conjunto com instituições, sejam elas acadêmicas ou estatais, no sentido literal do termo. Em resumo, as autoras dizem:

Definiu-se, desde nossa experiência coletiva, a investigação colaborativa ativista como aquela investigação que busca caminhar desde a descolonização, a partir de um conhecimento situado e que permite o trabalho conjunto entre acadêmicos, líderes, organizações e movimentos sociais com base na construção de uma agenda compartilhada sustentada nos princípios de respeito mútuo, confiança, busca do diálogo horizontal e a revalorização dos saberes locais.

A metodologia colaborativa, realizada conjuntamente com as instituições, sejam elas acadêmicas ou de propriedade estatal no sentido literal do termo, são definidas a partir da experiência coletiva e de uma investigação ativista colaborativa que tem por objetivo realizar uma pesquisa que ultrapasse a descolonização com base em conhecimentos compartilhados que se baseiam tanto no diálogo quanto em princípios como respeito, confiança e revalorização do conhecimento local (LEYVA SOLANO; BURGUETE; SPEED, 2008).

Além disso, também podemos exemplificar ações colaborativas como ações realizadas por meio de desenvolvimentos crescentes e industriais delineados pelas economias periféricas através dos processos de descolonização formal na África e na Ásia e das reivindicações de soberania econômica assumidas por vários regimes populistas nacionais na América Latina.

A pesquisa coletiva surge como uma proposta de pesquisa que pretende alinhar tanto o conhecimento acadêmico quanto os atores investigados. Nesse sentido, a pesquisa coletiva deve servir para que a ampla história da luta autonômica seja amplamente conhecida. Todas essas percepções coincidem em um ponto no qual o produto do conhecimento feito em colaboração deve ser útil aos povos. Para isso, torna-se fundamental a existência de um(a) investigador(a) colaborativo(a) alinhado(a) com os grupos nos quais se desenvolvem as pesquisas.

Segundo Solano, Burguete e Speed (2008), o trabalho de investigação colaborativa tornou-se imprescindível devido a três problemas inter-relacionados que encontramos em muitos projetos de investigação:

1) o predomínio do fardo colonial nas Ciências Sociais e da natureza neocolonial da investigação científica;

2) a arrogância acadêmica, produto da “racionalidade indolente” que assume o conhecimento científico como sendo superior ou mais valioso que o produzido pelos atores sociais;

3) a política de produção do conhecimento que inclui, de um lado, o interesse e a prática de produzir conhecimento que contribua para transformar condições de opressão, marginalização e exclusão dos pesquisados e, por outro, a elaboração de análises acadêmicas mais ricas e profundas que surgem com base na experiência da pesquisa colaborativa.





Desde meados do século XX, as Ciências Sociais foram questionadas por lutas e movimentos de descolonização que surgiram em todo o mundo. No caso da América Latina, desde os anos 1950, Frantz Fanon abria caminho para a prática e reflexão descolonial ao falar sobre as diferenças coloniais e tornar visível o que se mantinha até então invisível ou marginal. Dessa maneira, Fanon convidava a olhar de maneira aprofundada o funcionamento do que ele chamou “categorias de condenação” como negro, judeu ou muçulmano, no sistema-mundo moderno/colonial (MALDONADO-TORRES, 2016).

Nos anos 1970, foi a vez dos indígenas latino-americanos questionarem as categorias de “objeto”, “sujeito” e “outro” como representações que serviam aos poderes coloniais como produtores do conhecimento que contribuía para o desenvolvimento da lógica da colonialidade – lógica essa entendida como um modelo específico da modernidade que vincula formação racial com o controle do trabalho, o estado e a produção do conhecimento. Esses questionamentos evidenciam a colonialidade do saber, a natureza da extração e exploração nas pesquisas que retiram informações das comunidades para produzir publicações que beneficiam somente a carreira acadêmica dos pesquisadores sem devolver quase nada às comunidades.

A partir da “Primeira Declaração Mundial de Barbados: Pela Liberdade dos Indígenas em 1971”⁵, surgiram novas propostas metodológicas na tentativa de concretizar a ideia de um trabalho que fosse rigoroso e comprometido em termos éticos e políticos. No Brasil, o primeiro a desenvolver uma proposta nesses parâmetros foi Paulo Freire em 1970. Outros estudiosos que colaboraram com esse processo foram Fals Borda, no âmbito da América Latina e, na academia estadunidense, os teóricos da Cultural Survival (organização fundada por David Maybury-Lewis, de Harvard), além de Nancy Scheper-Hughes (1995) e Davydd Greenwood (1998). O objetivo, segundo Borda (1987), um dos propositores da Investigación Acción Participativa (IAP), era contribuir para um processo de conscientização política das comunidades que pretendia fortalecer a capacidade dos grupos populares, explorados social e economicamente, de tal modo que eles pudessem tornar-se protagonistas nos avanços de suas próprias comunidades e em defesa de seus interesses.

Já em 1999, Linda Tuhiwai Smith diz que precisamos implementar uma metodologia descolonizada que não pretende a colaboração com os não indígenas, mas que proponha a realização da investigação pelos próprios indígenas de seus próprios saberes. Para isso, seria necessário, segundo Boaventura de Souza Santos (2007), implementar ao menos, cinco ecologias (entre elas uma ecologia dos saberes), que permitiriam recuperar a experiência social e cultural desperdiçada pela “razão indolente” do Ocidente e da modernidade, que oculta e mantém à margem muitas das experiências e criatividade que surgem em nosso mundo.

Charles Hale, em 2004, retoma Fals Borda ao argumentar que a investigação descolonizada pode produzir melhores resultados acadêmicos. Hale (2004), assim como Donna Haraway (1988), parte da premissa de que o(a) investigador(a) é um ator social situado, ou seja, posicionado

⁵ A “Primera Declaración de Barbados: Por la Liberación del Indígena” foi redigida pelos antropólogos que se reuniram em Barbados, entre os dias 25 e 30 de janeiro de 1971, no Simpósio sobre Fricção Interétnica na América do Sul. O documento foi elaborado após a análise dos informes apresentados acerca da situação dos povos indígenas tribais de vários países da América do Sul.





quanto ao seu gênero, à sua cultura e à sua perspectiva política. Cabe salientar que compartilho das definições de Chantal Mouffe (2015) sobre a “política” e o “político”:

Entendo por “político” a dimensão de antagonismo que considero constitutiva das sociedades humanas, enquanto entendo por “política” o conjunto de práticas e instituições por meio das quais uma ordem é criada, organizando a coexistência humana no contexto conflituoso produzido pelo “político” (p. 8).

Tanto para Hale quanto para mim, tal premissa implica uma sobreposição de objetos políticos, identificação e compromisso na esfera pública, assim como requer independência, pensamento crítico e espaço próprio para o(a) pesquisador(a) no campo acadêmico.

Partindo das críticas feitas por estudos anteriores, torna-se necessário explorar novos caminhos que me permitiram trabalhar e sistematizar os saberes das margens como contribuições teóricas e práticas no campo do exercício de governo e da sociedade latino-americana da qual fazemos parte. Ao irmos a campo, é preciso procurar compatibilizar nossas agendas com as dos informantes/interlocutores, de modo que possibilitem a construção de vínculos pós encontros. Objetivamente, pretende-se que as/os participantes de nossas pesquisas tenham contato com os resultados e possam colaborar com estes em futuras publicações. Ainda, é crucial valorizar a contrapartida das/dos que colaboraram com nossas pesquisas, entendendo esses como detentores de conhecimentos e saberes que têm o mesmo valor que o conhecimento acadêmico.

O conhecimento resultante da colaboração deve ser útil para o povo; algo que é obvio para muitos, porém irrelevante e desnecessário para outros tantos. É preciso que o/a investigador/a saiba administrar as tensões que surgirão ao longo da investigação, tensões essas que são concernentes a qualquer trabalho de campo e que, muitas vezes, nos obrigam a modificar as estratégias de realização de nossas pesquisas.

A investigação colaborativa apresenta duplo sentido: o vínculo com aqueles que nos antecederam e que desde a década de 1950 vêm tentando descolonizar as Ciências Sociais e a especificidade diante de outras tentativas de uma investigação descolonizada. Além disso, o papel dos intelectuais no processo de percepção que o colonizado tem de si mesmo, incluindo a própria percepção dos intelectuais de si mesmos como seres colonizados, é essencial. Contudo, é necessário descolonizar não só a forma de produção do conhecimento nas universidades, como também a prática na sala de aula e a adoção do conhecimento que será trabalhado no processo educacional e no processo de produção científica.

O papel do/a pesquisador/a social é fundamental para que nós possamos avançar em um processo de justiça social, mas sem deixar de prestar atenção a uma vigilância epistemológica que deve permear constantemente o trabalho que fazemos, seja em sala de aula, em nossa pesquisa ou nos dias atuais. Ainda assim, é necessário descolonizar o modo como produzimos conhecimento nas universidades e como trabalhamos com as organizações sociais e a sociedade em geral, refletindo até que ponto somos intelectuais orgânicos.





Para isso, o primeiro a fazer é reconhecer e rejeitar abertamente os valores hegemônicos e a “racionalidade indolente” das Ciências Sociais. É igualmente importante reconhecer e rechaçar o fardo (neo)colonial, ou seja, a colonialidade do poder, do ser⁶ e do saber. Diante da colonialidade do saber, é importante perceber que o conhecimento não é algo que está fora de nós, mas sim aquilo que vive e que se reproduz em nossas práticas institucionais e pessoais. Adquirimos conhecimento a partir de nossas experiências; logo, todo conhecimento é válido.

As pessoas detêm diferentes tipos de conhecimentos, havendo várias maneiras de se obter conhecimento sobre determinada realidade. Portanto, cada ciência estabelece métodos e técnicas para poder conhecer o que, muitas vezes, não foi adquirido pela experiência. Contudo, deve-se considerar que quem a viveu provavelmente tenha um conhecimento mais aprofundado sobre essa experiência. Todos nós temos percepções diferentes com relação às nossas experiências. Quando se propõe a experiência do trabalho colaborativo, parte-se do pressuposto de que nenhum conhecimento é melhor do que o outro e de que é possível implementar práticas que desafiam as ideias dominantes nas Ciências Sociais e que servem como base das lógicas de poder das sociedades que queremos mudar.

A colonialidade do poder é entendida como um padrão de poder moderno que vincula a raça, o controle do trabalho, o estado e a produção do conhecimento (colonialidade do saber) na história das Américas e do Caribe. Segundo Aníbal Quijano (2002), a colonialidade do poder refere-se ao modo como esse está estruturado em relações de dominação, exploração e de conflito entre atores sociais que disputam o controle dos quatro âmbitos básicos da existência humana: 1) sexo, 2) trabalho, 3) autoridade coletiva e subjetividade/intersubjetividade, 4) seus recursos e produtos. O poder capitalista, eurocentrado e globalizado está organizado, distintivamente, em torno de dois eixos: na colonialidade do poder e na modernidade. Esses eixos ordenam as disputas pelo controle de cada uma das áreas da existência, de tal maneira que o significado e as formas de dominação em cada área estão totalmente imbuídos pela colonialidade do poder e pela modernidade.

Por isso, Aníbal Quijano (2000) defende que as lutas pelo controle do “acesso sexual, seus recursos e produtos” definem o âmbito do sexo/gênero e estão organizadas pelos eixos da colonialidade e da modernidade. Para María Lugones (2008), é preciso entender que os traços historicamente específicos da organização do gênero no sistema moderno/colonial de gênero são centrais para uma compreensão da diferente organização do gênero em termos sociais. A colonialidade do poder introduz a classificação social e universal básica da população do planeta em termos da ideia de raça (QUIJANO, 2002).

A invenção da raça reposiciona as relações de superioridade e inferioridade estabelecidas através da dominação. Ao constituir essa classificação social, a colonialidade permeia todos os aspectos da existência social e permite o surgimento de novas identidades geoculturais e sociais, como “América” e “Europa” entre as novas identidades geoculturais, e “europeu”, “índio” ou “africano” como identidades raciais. Essa classificação é “a expressão mais profunda e

⁶ O surgimento do conceito “colonialidade do ser” responde à necessidade de elucidar a pergunta sobre os efeitos da colonialidade na experiência vivida, e não só na mente dos sujeitos subalternos (MALDONADO-TORRES, 2016).





duradoura da dominação colonial” (QUIJANO, 2002, p. 1). Com a expansão do colonialismo europeu, a classificação foi imposta sobre toda a população do planeta. Desde então, tem permeado todas e cada uma das áreas da existência social, construindo a forma mais efetiva da dominação social tanto material como intersubjetiva. Portanto, colonialidade não se refere somente à classificação racial. É um fenômeno de um dos eixos de poder que permeiam todo o controle do acesso sexual, da autoridade coletiva, do trabalho, da subjetividade/intersubjetividade e da produção do conhecimento no interior das relações intersubjetivas.

Reflexões finais

Foram apresentadas aqui três diferentes propostas de utilização das metodologias qualitativas que vem sendo bastante utilizadas nos estudos da área das ciências humanas a nível de Brasil: uma advinda das teorias europeias, outra das estadunidenses e, uma última, da investigação colaborativa que surge a partir das teorias descoloniais latino-americanas. Assim, procurei demonstrar a existência de premissas metodológicas que podem ser usadas individual ou complementarmente, pois a utilização de uma não impede a utilização da outra. Meu entendimento é o de que não devemos tentar enquadrar a qualquer preço nosso objeto de pesquisa em teorias e métodos que são largamente utilizados e, talvez, tenham maior valorização na área das Ciências Humanas. Devemos buscar teorias e métodos que respondam de forma mais abrangente a nossas questões norteadoras e aos problemas de pesquisa que nos são apresentados. Portanto, as premissas metodológicas que fundamentaram a construção desse trabalho correspondem a caminhos não tão usuais na produção das Ciências Humanas a nível de Brasil, porém vem ganhando mais espaço a cada dia por estarem respondendo de maneira satisfatória às questões que vem orientando as pesquisas no país e que optam pelo uso das metodologias qualitativas.

Referencias

- Agamben, G. (2005). O que é um dispositivo?. *Outra Travessia*, 5, pp. 9-16, 2005.
- Asad, T. (2004). Where are the margins of the state? En: Das, V. y Poole, D. (eds.). *Anthropology in the margins of the state*. Santa Fe, Estados Unidos: School of American Research Press.
- Borda, O. F. (1987). Democracia y participación: algunas reflexiones. *Revista Colombiana de Sociología*, 5 (1).
- Das, V. y Poole, D. (eds.) (2004). *Anthropology in the margins of the state*. Santa Fe, Estados Unidos: School of American Research Press.
- Denzin, N. (1970). *Sociological methods: A sourcebook*. New Brunswic, Estados Unidos: Transaction Publishers.
- Flick, U. (2009a). *Desenho da pesquisa qualitativa*. Porto Alegre, Brasil: Bookman.
- Flick, U. (2009b). *Qualidade na pesquisa qualitativa*. Porto Alegre, Brasil: Bookman.
- Flick, U. (2015). Designing qualitative research and the use of triangulation. Workshop en ICQI 2015. University of Illinois Urbana-Champaign. [Anotaciones personales del autor, enviadas por comunicación personal del 06 de marzo de 2015]
- Foucault, M. (1984). *História da sexualidade: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro, Brasil: Graal.





- Greenwood, D. y Levin, M. (1998). *Introduction to action research: social research for social change*. Michigan, Estados Unidos: University of Michigan.
- Hale, C. (2004). Rethinking indigenous politics in the era of the “indio permitido”. *NACLA Report on the Americas*, 38 (2), pp. 16-21.
- Haraway, D. (1988). Situated knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective. *Feminist Studies*, 14(3), pp. 575-599.
- Jick, T. (1983). Mixing qualitative and quantitative methods: triangulation in action. En: Van Maanen, J. (Ed.). *Qualitative methodology*. Beverly Hills, CA, Estados Unidos: Sage Publications.
- Leyva, X., Burguete, A., Speed, S. (coords.). (2008). *Gobernar (en) la diversidad: experiencias indígenas desde América Latina. Hacia la investigación de co-labor*. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social/Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales.
- Lugones, M. (2008). Colonialidad y género. *Tabula Rasa*, 9, pp. 73-101.
- Maffesoli, M. (2014). *O tempo das tribos: o declínio do individualismo na sociedade de massa*. Rio de Janeiro, Brasil: Forense.
- Maldonado-Torres, N. (2016). Transdisciplinaridade e decolonialidade. *Revista Sociedade e Estado*, 31(1), pp. 75-97.
- Mouffe, C. (2015). *Sobre o político*. São Paulo, Brasil: Martins Fontes.
- Nelson, D. (2004) Anthropologist discovers legendar two-faced Indian in Guatemala. En: Das, V. y Poole, D. (Eds.). *Anthropology in the margins of the state*. Santa Fe, Estados Unidos: School of American Research Press.
- Quijano, A. (2000). Colonialidad del poder y clasificación social. Festschrift for Immanuel Wallerstein. *Journal of World Systems Research*, 11(2), pp. 285-327.
- Quijano, A. (2002). Colonialidad del poder, globalización y democracia. *Revista de Ciencias Sociales de la Universidad Autónoma de Nuevo León*, 7-8, pp. 97-123, 2002.
- Roitman, J. (2004). Productivity in the margins: the reconstitution of state power in the chad basin. En: Das, V. y Poole, D. (Eds.). *Anthropology in the margins of the state*. Santa Fe, Estados Unidos: School of American Research Press.
- Sanford, V. (2004) Contesting displacement in Colombia: citizenship and state sovereignty at the margins. En: Das, V. y Poole, D. (Eds.). *Anthropology in the margins of the state*. Santa Fe, Estados Unidos: School of American Research Press.
- Santos, Boaventura de Sousa. (2007). Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos Estudos CEBRAP*, 79, pp. 71-94.
- Scheper-Hugues, N. (1995). The primacy of the ethical: propositions for a militant anthropology. *Current Anthropology*, 36 (3), pp. 409-440.
- Smith, L. T. (1999) *Decolonizing methodologies: research and indigenous peoples*. Londres, Inglaterra: Zed Books.

